

A imagem do Estado e o estado da imagem

Ricardo Pinheiro Penna
Diretor de Pesquisa da Soma
Opinião & Mercado

Brasília é, de fato, uma cidade diferente das outras. Se não, vejamos: não tem esquinas; o céu e a terra encontram-se em 360 graus; os bairros são superquadras; os moradores têm à sua disposição enormes áreas verdes e usufruem de uma qualidade de vida invejável.

A política em Brasília também é atípica. A proximidade do governo federal, a falta de autonomia financeira, a reduzida dimensão geográfica de suas fronteiras, a grande participação relativa de funcionários públicos na força do trabalho e a importância do Estado como gerador da receita e renda, faz com que a política nesse estado de um só município, seja muito específica. O governador Roriz entendeu essas especificidades e se

tornou a maior liderança política do Distrito Federal.

O governador em Brasília tem mais poder e autonomia política. Nos demais estados, o chefe do Executivo trata apenas das grandes questões regionais, o prefeito é quem faz a alocação dos recursos e capitaliza os votos de sua região. No DF, o governo capta, planeja, decide e aplica diretamente os investimentos. A rede de negociações e a divisão de poder entre o governador, os deputados federais, os estaduais, os prefeitos e os vereadores é encurtada, aumentando o poder do Executivo e simplificando as negociações políticas.

Com todo esse poder na mão e consciente de sua dependência do governo federal, Joaquim Roriz soube amealhar recursos em todas as administrações e manter, durante os últimos três anos, um enorme canteiro de obras no Distrito Federal.

Ano I — O primeiro ano de governo foi de montagem da máquina administrativa e preparação da programação de obras. A intensificação do programa de assentamentos começa e são fortes os investimentos em pequenas obras no Plano. A consequência foi uma queda de 16% para 4% entre aqueles que ainda não sabiam avaliar o governo. Esses 12% foram todos para o lado do governador Roriz que começou o ano de 1992 com 71% de aprovação.

Ano II — No segundo ano de governo, Roriz continua a crescer em sua popularidade até ser atingido pelas inúmeras greves deflagradas no meio do ano. A greve dos professores durou meses e teve a companhia da greve dos médicos e dos rodoviários. A morte de um paciente por falta de atendimento médico marcou o menor nível de aprovação do governo com 55%.

Ano III — As greves são, sistematicamente, um aviso de queda na popularidade do governador. DF sem greves tem significado altos níveis de aprovação. No terceiro ano de governo Roriz alcançou 75% de aprovação popular até ser atingido pelas denúncias na CPI do Orçamento que derrubou em 14 pontos percentuais seus índices de popularidade.

Ano IV — A habilidade do governador e o gigantesco apoio que nas regiões de baixa renda ajudaram a recuperação pós CPI. Não restam dúvidas, Joaquim Roriz prepara para o final de seu governo um conjunto enorme de pequenos investimentos e a inauguração do metrô no Plano Piloto de tal forma a levar Valmir para o Buriti e garantir o seu retorno em 1998.

Os níveis de aprovação do governador Roriz podem ser divi-

didos em três grupos distintos. O primeiro grupo é composto pelas regiões onde sua popularidade é maior do que 80%. São os assentamentos que somam 21% da população do DF e de onde Roriz pode transferir quase a totalidade dos votos. O segundo grupo é composto por seis regiões administrativas de renda mais elevada do que o primeiro grupo e com aprovação entre 60% e 79%. O total de eleitores nessas regiões é de 56% e a capacidade de transferência de votos muito mais reduzida. O terceiro grupo tem 23% da população do DF e concentra a maior renda. Nessas regiões o governador tem aprovação inferior a 60% e quase nenhuma capacidade de transferir votos.

* **Ricardo Pinheiro Penna**
Diretor de Pesquisa da Soma
Opinião & Mercado